



PREFEITURA DE
DOM EXPEDITO LOPES
RESPEITO, HUMANIZAÇÃO E INOVAÇÃO

CNPJ: 06.553.705/000-12 | Rua São João, 55 - Centro - Dom Expedito Lopes - PI | CEP: 64620-000



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 093/2025

A Prefeitura Municipal de Dom Expedito Lopes-PI, por meio da sua Pregoeira Oficial e sua Equipe de Apoio, designados pela portaria do dia 28 de fevereiro de 2025, conforme documento contido no processo administrativo, torna público que, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 10.024/2019, Lei Complementar nº 123/2006 com suas alterações e demais normas pertinentes, nos termos deste edital e seus anexos, realizará a sessão de abertura do procedimento licitatório na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, conforme disposto nos Anexos correspondentes.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.portaldecompraspublicas.com.br

DATA DA REALIZAÇÃO: 18 de julho de 2025.

HORÁRIO: 09h00min

DADOS DO CERTAME			
ÓRGÃO SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Administração.			
OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de peças e serviços para manutenção de poços tubulares para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Dom Expedito Lopes, estado do Piauí.			
ESCLARECIMENTOS/IMPUGNAÇÕES: Até às 23h59min do dia 15 de julho de 2025 através do endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br			
INÍCIO DA ABERTURA DAS PROPOSTAS: 18 de julho de 2025 às 09h00min			
INÍCIO DA RODADA DE LANCES: 18 de julho de 2025 às 09h15min			
ENDEREÇO PARA RETIRADA DO EDITAL: (www.tce.pi.gov.br) e (https://www.portaldecompraspublicas.com.br/)			
ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://www.portaldecompraspublicas.com.br/			
VALOR ESTIMADO, MÁXIMO, DE REFERÊNCIA OU SIGILOSO	Valor Total: R\$ ☐ Estimado ☐ Máximo ☒ Referência		Orçamento Sigiloso ☒ Sim ☐ Não
NATUREZA DO OBJETO:	☒ Aquisição	☒ Serviço	☐ Obras e Serviços de Engenharia
PARTICIPAÇÃO - MEI / ME / EPP	☐ Licitação Exclusiva para ME/EPP – Art. 48, I da Lei Complementar nº 123/06 ☐ Licitação com itens/lotes exclusivos para ME/EPP e Ampla Participação – Art. 48, III da Lei Complementar 123/06 ☒ Licitação de Ampla Participação.		
PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA/DOCUMENTAÇÃO: 18 de julho de 2025 às 08h00min			
PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA READEQUADA/DOCUMENTAÇÃO: Conforme designado na sessão.			
INFORMAÇÕES			
PREGOEIRA: Emanuela de Moura Oliveira			
E-MAIL: licitacaoprefdel@gmail.com		TELEFONE DE CONTATO: (89) 98812 2836	
ENDEREÇO: Rua São João, 55 - Centro, CEP: 64.620-000, Dom Expedito Lopes-PI.			



PREFEITURA DE
DOM EXPEDITO LOPES
RESPEITO, HUMANIZAÇÃO E INOVAÇÃO

CNPJ: 06.553.705/000-12 | Rua São João, 55 - Centro - Dom Expedito Lopes - PI | CEP: 64620-000



REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será obrigatoriamente o horário de Brasília/DF.

OBSERVAÇÃO Nº 01:

Na hipótese de não haver expediente na data fixada, ficará a sessão adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo site e hora, salvo as disposições em contrário.

PARTE ESPECÍFICA

- ✓ As seguintes definições da parte específica deverão complementar, suplementar ou modificar as informações constantes na parte geral;
- ✓ Havendo divergência entre as informações constantes na parte geral e as definições da parte específica prevalecerão as últimas.

FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

- ☒ Por GRUPO (LOTE)
☐ Por ITEM
☐ Por GRUPO, para o(s) grupo(s): _____ e por Item, para o(s) ITEM(NS): _____, observadas as condições gerais.
☐ GLOBAL

CRITÉRIO DE JULGAMENTO E INTERVALO DE DIFERENÇA ENTRE OS LANCES

- ☒ MENOR PREÇO: Intervalo de R\$ 100,00.
☐ MAIOR DESCONTO: Intervalo de _____%

CONSÓRCIO

- ☐ Poderão participar empresas em consórcio, observadas as normas constantes na Parte Geral deste Edital.
☒ Não poderão participar desta licitação consórcio de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição. A vedação a participação de consórcio justifica-se diante da natureza do objeto licitado, o qual apresenta natureza comum, podendo ser ofertado por um número amplo de potenciais participantes, inclusive empresas de pequeno e médio porte que em sua maioria apresentam o mínimo exigido no tocante a qualificação técnica e econômico financeira, não implicando em qualquer limitação quanto a competitividade.

VALIDADE DA PROPOSTA

A proposta comercial terá validade mínima de 60 (sessenta) dias, a contar da data da abertura da sessão pública.

MODO DE DISPUTA

- ☒ Aberto
☐ Aberto e Fechado

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Atestado de Capacidade Técnica:
☒ SIM
☐ NÃO

APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS

Amostra de Produtos:
☐ SIM
☒ NÃO

VISITA TÉCNICA

Atestado/Declaração de Visita:
☐ SIM
☒ NÃO



PARTE GERAL

CAPÍTULO I – DO OBJETO

1.1 Esta licitação tem por objeto “**Contratação de empresa especializada no fornecimento de peças e serviços para manutenção de poços tubulares para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Dom Expedito Lopes, estado do Piauí**”.

1.1.1 Havendo divergência entre as especificações deste objeto descritas no PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS e as especificações constantes deste Edital, serão consideradas como válidas as do Edital, sendo estas a que os licitantes deverão se ater no momento da elaboração da proposta;

1.1.2 Havendo divergência entre a documentação exigida no PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS e as exigidas no edital, serão consideradas como válidas as do Edital, sendo estas a que os licitantes deverão se ater no momento de enviar a documentação de habilitação e outros documentos solicitados no edital.

1.2 A Parte Específica determinará a forma de apresentação das propostas, que poderá ser da seguinte forma:

1.2.1 MENOR PREÇO POR GRUPO (grupo de itens): Para esta forma de apresentação das propostas faculta-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.2.2 MENOR PREÇO POR ITEM: Para esta forma de apresentação de propostas faculta-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.2.3 MENOR PREÇO POR GRUPO e POR ITEM: Para esta forma de apresentação de propostas faculta-se ao licitante a participação em quantos grupos e itens forem de seu interesse. Em se tratando de GRUPO, o licitante deverá oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.2.4 MENOR PREÇO GLOBAL.

1.3 A Parte Específica determinará o critério de julgamento empregado na seleção da proposta mais vantajosa para a administração, que poderão ser menor preço ou maior desconto.

1.4 A Parte Específica também determinará o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

CAPÍTULO II – DA PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar do certame todos os interessados, pessoas jurídicas pertencentes ao ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, conforme cada caso, que preencherem as condições e disposições contidas neste Edital e nos seus anexos, inclusive quanto à documentação de habilitação, previamente credenciadas no Portal de Compras Públicas, bem como no sítio eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>.

2.2 Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, informando-se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema.

2.3 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.



PREFEITURA DE
DOM EXPEDITO LOPES
RESPEITO, HUMANIZAÇÃO E INOVAÇÃO

CNPJ: 06.553.705/000-12 | Rua São João, 55 - Centro - Dom Expedito Lopes - PI | CEP: 64620-000



2.4 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

2.5 Informações complementares sobre o credenciamento poderão ser obtidas pelo e-mail falecom@portaldecompraspublicas.com.br ou pelo site www.portaldecompraspublicas.com.br.

2.6 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006.

2.7 Não poderão participar deste Pregão:

2.7.1 Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

2.7.2 Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.3 Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.7.4 Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

OBS: Nos casos em que o empresário esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, poderá participar desde que apresente o plano de recuperação homologado em juízo.

2.7.5 Quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

2.7.6 Entende-se por "participação indireta" a que alude o art. 14 da Lei nº 14.133/2021 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.

2.7.7 Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

2.7.8 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

2.8. Caso a Parte Específica deste Edital permita a participação de empresas em consórcio, deverão ser observadas as seguintes normas:

2.8.1. Deverá ser comprovada a existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, após declaração do vencedor, com indicação da empresa-líder que deverá atender às condições de liderança estipuladas no edital e será representante das consorciadas perante a Administração;

2.8.2. Cada empresa consorciada deverá apresentar a documentação de habilitação exigida no ato convocatório;

2.8.3. A capacidade técnica do consórcio será representada pela soma da capacidade técnica das empresas consorciadas;

2.8.4. Para fins de qualificação econômico-financeira, cada uma das empresas deverá atender aos índices contábeis definidos no edital e quanto ao capital social exigido, deverá ser comprovado pelo somatório dos capitais das empresas consorciadas, na proporção de sua respectiva participação.

2.8.5. O capital do consórcio será calculado da seguinte forma:

a) Cada percentual de participação será multiplicado pelo capital social mínimo;

b) Os resultados assim obtidos serão comparados com os respectivos capitais de cada um dos



membros do consórcio, que deverão, individualmente, comprovar capital maior ou igual ao valor obtido no subitem 2.8.4.

2.8.6. As empresas consorciadas não poderão participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou isoladamente;

2.8.7. As empresas consorciadas serão solidariamente responsáveis pelas obrigações do consórcio nas fases de licitação e durante a vigência do contrato;

2.8.8. No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, a empresa brasileira, observado o disposto no item 2.8.1;

2.8.9. Antes da celebração do contrato, deverá ser promovida à constituição e o registro do consórcio.

CAPÍTULO III – DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DA HABILITAÇÃO

3.1 A licitante deverá enviar a ficha técnica/proposta do produto ou serviços, contendo a descrição detalhada do item, contemplando as informações similares à especificação do Termo de Referência, indicando a marca, modelo, procedência, prazo de entrega, prazo de validade ou de garantia, sob pena de desclassificação.

3.1.1 A licitante deverá anexar o disposto no item 3.1 na aba “GARANTIA DE PROPOSTA” no sistema eletrônico. Os documentos solicitados não devem conter a identificação da licitante, sob pena de desclassificação.

3.2 A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o valor com no máximo 2 (duas) casas decimais após a vírgula ou percentual de desconto, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto, na forma definida na Parte Específica deste Edital.

3.3 A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.

3.4 A licitante deverá declarar, em campo próprio do Sistema, sob pena de inabilitação, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

3.5 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação ou à conformidade da proposta sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.

3.6 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123/2006.

3.7 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

3.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da Pregoeira e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

3.9 As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

3.10 Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.

3.11 Até a abertura da sessão pública, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente encaminhados.

3.12 As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida neste Edital, salvo disposição em contrário na Parte Específica do Edital.



PREFEITURA DE
DOM EXPEDITO LOPES
RESPEITO, HUMANIZAÇÃO E INOVAÇÃO

CNPJ: 06.553.705/000-12 | Rua São João, 55 - Centro - Dom Expedito Lopes - PI | CEP: 64620-000



3.13 Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

3.14 A entrega da proposta e dos documentos de habilitação, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

3.15 Objetivando agilizar a formalização do contrato, o proponente deverá informar na proposta ajustada enviada após a fase de lances, o nome do representante que assinará o contrato, bem como o nº do seu RG e CPF, sendo que no ato da assinatura, deverá ser apresentada fotocópia autenticada de documento hábil que comprove sua legitimidade.

CAPÍTULO IV – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

4.1 A abertura da sessão pública deste Pregão, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br.

4.2 Os fornecedores deverão permanecer logados e aguardando o início dos trabalhos por até 30 (trinta) minutos além do horário estipulado para início da sessão. Após esse prazo não havendo início da sessão a mesma deverá ser remarcada com ampla divulgação.

4.3 Aberta a sessão pública virtual do certame, as propostas de preços serão irretratáveis, não se admitindo retificações ou alterações nos preços ou nas condições estabelecidas, salvo quanto aos lances ofertados, na fase própria do certame.

4.4 Após a abertura da sessão pública virtual não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pela Pregoeira.

4.5 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

4.6 Durante a sessão pública, a comunicação entre a Pregoeira e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

4.7 Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

4.8 É obrigação do licitante o retorno aos trabalhos na hora e data designadas após a suspensão da sessão. A suspensão da sessão, data e hora de retorno serão comunicadas a todos através do Chat e quando possível também será realizada a suspensão da sessão via sistema.

CAPÍTULO V – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

5.1 A Pregoeira verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

5.2 A Pregoeira deverá suspender a sessão pública do Pregão quando constatar que a avaliação da conformidade das propostas, de que trata o art. 28 do Decreto nº 10.024/2019, irá perdurar por mais de um dia.

5.3 Após a suspensão da sessão pública, a Pregoeira enviará, via chat, mensagens às licitantes informando a data e o horário previstos para o início da oferta de lances.

5.4 Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

5.5 A Pregoeira não poderá desclassificar propostas em razão da oferta de valores acima do preço inicialmente orçado pela Administração na etapa anterior à formulação de lances (Acórdão TCU n.º 934/2007- 1.ª Câmara).



CAPÍTULO VI – DA FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e valor consignados no registro de cada lance.

6.2 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.3 A licitante somente poderá oferecer lance inferior ou percentual de desconto superior ao último por ela ofertado e registrado no sistema e conforme as regras estabelecidas no edital sobre lances de valores ou de desconto, bem como os intervalos mínimos de diferença.

6.4 Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação do ofertante.

6.5 Em caso de empate, prevalecerá o lance recebido e registrado primeiro.

6.6 Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

6.7 Na fase competitiva, o intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances de licitantes diferentes não poderá ser inferior a 3 (três) segundos (IN nº 3/2013-SLTI/MP).

6.8 Durante a fase de lances, a Pregoeira poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

6.9 Se ocorrer a desconexão da Pregoeira no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.10 No caso de a desconexão da Pregoeira persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br.

6.11 A Parte Específica definirá o modo de disputa, que poderá ser:

6.11.1 Modo de Disputa Aberto:

- a) Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico quando o modo de disputa for “aberto”, apresentação de lances públicos e sucessivos pelos licitantes, com prorrogações.
- b) A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- c) A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- d) Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- e) Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá a Pregoeira, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

6.11.2 Modo de Disputa Aberto e Fechado:

- a) Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- b) A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.



- c) Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- d) Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- e) Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- f) Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- g) Poderá a Pregoeira, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

6.12 O intervalo de diferença entre os lances será definido na Parte Específica.

SEÇÃO VII – DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

7.1 Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

7.2 A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor estimado para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;

7.3 Não sendo vencedora a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma da subcondição anterior, o sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

7.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido nesta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate;

7.5 A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 05 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006;

7.6 Na hipótese de não contratação nos termos previstos nesta Seção, o procedimento licitatório prossegue com as demais licitantes.

CAPÍTULO VIII – DA NEGOCIAÇÃO

8.1 A Pregoeira poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento, o valor estimado para a contratação e as demais condições estabelecidas neste Edital.

8.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.



CAPÍTULO IX – DO JULGAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1 A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao último lance, em arquivo único, no prazo indicado no tópico “DADOS DO CERTAME”, contado da convocação efetuada pela Pregoeira por meio da opção “Enviar Anexo” no sistema Portal de Compras Públicas. Não será permitido o encaminhamento por e-mail, exceto se expressamente determinado pela Pregoeira.

9.2 A Proposta de Preços deverá ser enviada devidamente preenchida, em um único arquivo, para leitura, preferencialmente, em programas de informática comuns, tais como, “Word”, “Excel”, “Adobe Reader” ou “BROffice”, podendo ainda ser compactado a critério do licitante.

9.3 Os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do Sistema PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pela Pregoeira.

9.4 Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados a Prefeitura do Município de Dom Expedito Lopes-PI, localizada na Rua São João, 55 - Centro, CEP: 64.620-000, Dom Expedito Lopes-PI.

9.5 Demais documentos e/ou exigências estarão dispostos na Parte Específica deste Edital.

9.6 A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada nesta seção, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

9.7 A Pregoeira examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

9.8 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 – TCU), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

9.9 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor 0 (zero), incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.10 A Pregoeira poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Órgão Requisitante ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

9.11 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

9.12 A Pregoeira poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, em prazo indicado no Chat, sob pena de não aceitação da proposta.

9.13 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pela Pregoeira por solicitação justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pela Pregoeira.

9.14 Dentre os documentos passíveis de solicitação pela Pregoeira, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pela Pregoeira, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

9.15 Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.



9.16 Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

CAPÍTULO X – DA HABILITAÇÃO

10.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a Pregoeira verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

10.1.1 Portal de Compras Públicas;

10.1.2 Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

10.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.2.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

a) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

b) O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

10.2.2 Constatada a existência de sanção, a Pregoeira reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.2.3 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.3 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

10.3.1 O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

10.3.2 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

10.3.3 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pela Pregoeira lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024/2019.

10.3.4 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de designado no campo “DADOS DO CERTAME”, sob pena de inabilitação.



PREFEITURA DE
DOM EXPEDITO LOPES
RESPEITO, HUMANIZAÇÃO E INOVAÇÃO

CNPJ: 06.553.705/000-12 | Rua São João, 55 - Centro - Dom Expedito Lopes - PI | CEP: 64620-000



10.3.5 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.4 Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados para a Prefeitura Municipal de Dom Expedito Lopes-PI, situada na Rua São João, 55 - Centro, CEP: 64.620-000, Dom Expedito Lopes-PI.

10.4.1 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.5 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.5.1 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.6 Ressalvado o disposto no item 3.6, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

10.7 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

10.7.1 Cópia atualizada do CNPJ com validade de 90 (noventa) dias após emissão e QSA – Quadro de Sócios e Administradores;

10.7.2 **EMPRESÁRIO INDIVIDUAL:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.7.3 **SOCIEDADE EMPRESÁRIA OU EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (EIRELI):** Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

10.7.4 **SOCIEDADE SIMPLES:** Ato Constitutivo em vigor, devidamente registrado no registro competente, com sua(s) respectiva(s) alteração(ões), ou a sua última consolidação, bem como documento que comprove a indicação de seus administradores;

10.7.5 **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI):** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site www.portaldomicroempreendedor.gov.br;

10.7.6 **MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE:** Certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;

a) No caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá ser apresentada também a Certidão Simplificada, expedida pela respectiva Junta Comercial, de enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (somente para as empresas cadastradas como tais e que assim desejarem obter os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006), com data de expedição não superior a 90 (noventa) dias da realização do Pregão.

10.7.7 **EMPRESA OU SOCIEDADE ESTRANGEIRA:** Decreto de autorização;

10.7.8 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, **SOB PENA DE NÃO HABILITAÇÃO**;

10.7.9 Cópia da Cédula de Identidade e CPF do empresário ou dos sócios.

10.8 REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

10.8.1 Prova de inscrição no cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, se houver, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta licitação, nos termos do art. 68, inciso II da Lei nº 14.133/2021;



10.8.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional, nos termos do art. 68, inciso III da Lei nº 14.133/2021;

10.8.3 Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, emitida até 30 (trinta) dias antes da data de entrega dos envelopes, quando não vier expresso o prazo de validade, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos e da Dívida Ativa, nos termos do art. 68, inciso III da Lei nº 14.133/2021;

10.8.4 Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, emitida até 30 (trinta) dias antes da data de entrega dos envelopes, quando não vier expresso o prazo de validade, mediante a Certidão Negativa de Débitos Municipais relativos a Certidão Negativa de Débitos Municipais e a Dívida Ativa relativo ao ISS/TLF, nos termos do art. 68, inciso III da Lei nº 14.133/2021.

10.8.5 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), nos termos do art. 68, inciso IV da Lei nº 14.133/2021.

10.8.6 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do art. 68, inciso V da Lei nº 14.133/2021.

10.8.7 Quando se tratar da subcontratação prevista no art. 48, II, da LC nº 123/2006, a licitante melhor classificada deverá, também, apresentar a documentação de regularidade fiscal e trabalhista das Microempresas e/ou Empresas de Pequeno Porte que serão subcontratadas no decorrer da execução do contrato, ainda que exista alguma restrição, aplicando-se o prazo de regularização previsto no art. 4º, §1º do Decreto nº 8.538/2015.

10.9 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

10.9.1 Certidão negativa de falência, recuperação judicial e extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data não excedente a 30 (trinta) dias de antecedência da data de apresentação da documentação de habilitação, quando não estiver expresso o prazo de validade, nos termos do art. 69, inciso II da Lei nº 14.133/2021.

a) No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi homologado judicialmente, na forma do art. 58 da Lei nº 11.101/2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

10.9.2 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, nos termos do art. 69, inciso I da Lei nº 14.133/2021, que comprovem a boa situação financeira da empresa. Tais documentos terão que estar devidamente autenticado e registrado na Junta Comercial do Respectivo Estado, devidamente acompanhado da Declaração de Habilitação Profissional (DHP), que comprova a regularidade do Contabilista nos termos do art. 28, da Resolução CFC nº 1363/11. Vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

a) No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço de abertura acompanhado da Declaração de Habilitação Profissional (DHP) e o Certificado de Regularidade do Contabilista da Licitante;

b) É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

c) A empresa licitante deverá apresentar juntamente com o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis o Certificado de Regularidade do Contabilista da Licitante, expedido pelo Conselho Regional de Contabilidade e ou emitido pelo site oficial, em validade.



10.9.3 O Balanço Patrimonial disponível no PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS ou enviado no lançamento da proposta, deverá comprovar:

- a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) iguais ou superiores a 1, e Grau de Endividamento Geral (GEG) e Grau de Endividamento Corrente (GEC) iguais ou inferiores a 0,5, com fulcro no art. 69, caput, da Lei nº 14.133/2021.
- b) Para facilitar a análise boa situação Econômica e Financeira da Empresa em poder contratar com a Administração, solicitamos que a empresa apresente memória de cálculo, devidamente assinado por um Profissional da Contabilidade devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, aplicando fórmulas dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG), Liquidez Corrente (LC), Grau de Endividamento Geral (GEG) e Grau de endividamento Corrente (GEC) extraídos do último Balanço.
- c) A empresa licitante deverá apresentar comprovante de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item, nos termos do art. 69, § 4º da Lei nº 14.133/2021.

10.10 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA-PROFISSIONAL:

10.10.1 Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, nos termos do art. 67, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021.

10.10.2 Atestado de Capacidade Técnica, em nome da licitante, pertinente e compatível com o objeto licitado, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, nos termos do art. 67, § 5º, da Lei nº 14.133/2021, devendo conter:

- a) Especificação dos serviços executados;
- b) Período de execução dos serviços (prazo contratual, datas de início e término);
- c) Manifestação expressa da contratante quanto à satisfatória execução do contrato.

10.11 OUTROS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.11.1 Alvará de licença de funcionamento;

10.11.12 Prova de regularidade perante o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS):

- a) Da empresa;
- b) Dos Sócios ou empresário.

10.11.3 Prova de regularidade perante o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP):

- a) Da empresa;
- b) Dos Sócios ou empresário.

10.11.4 Certidão Emitida pelo Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade:

- a) Da empresa;
- b) Dos Sócios ou empresário.

10.11.5 Certidão de Licitante Inidôneo emitida pelo TCU.

- a) Da empresa;
- b) Dos Sócios ou empresário.

10.11.6 Certidão Negativa de Débitos emitida pelo TCE do Estado do Licitante.

- a) Da empresa;
- b) Dos Sócios ou empresário.

10.11.7 Certidão Negativa de Inidoneidade emitida pelo TCE do Estado do Licitante.

- a) Da empresa;
- b) Dos Sócios ou empresário.

10.11.8 A licitante deverá apresentar declaração, com fulcro no art. 70, inciso I da Lei nº 14.133/2021, comprometendo-se, caso vencedor, que se apresentará na sede da Prefeitura Municipal de Dom



Expedito Lopes-PI, no Setor de Licitações, localizado na Rua São João, 55 - Centro, CEP: 64.620-000, Dom Expedito Lopes-PI, das 08h às 13h, no prazo de até 3 (três) dias úteis após convocação via chat do Portal de Compras Públicas, portando os documentos enviados através da plataforma eletrônica (sendo estes: originais ou cópias autenticadas por Tabela de Notas), para realização do **Cadastro de Fornecedores do Município**, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e aplicação das penalidades cabíveis.

10.11.9 A licitante deverá apresentar declaração comprometendo-se, caso vencedor, que prestará os serviços / entregará o objeto deste certame dentro do prazo estabelecido no Edital.

10.11.10 A licitante deverá apresentar declaração de pleno cumprimento e atendimento às regras do Edital.

CAPÍTULO XI – DA AMOSTRA

11.1 A exigência de amostra será aquela discriminada na Parte Específica deste Edital.

CAPÍTULO XII – DA VISITA TÉCNICA

12.1 A exigência de visita técnica será discriminada na Parte Específica deste Edital.

12.2 O atestado de vistoria, caso exigido, poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, que conhece as condições locais para execução do objeto, ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

12.3 À Pregoeira do município é facultado, caso julgue necessário, a instauração de diligência, objetivando a visita técnica na sede da empresa licitante, com o intuito de avaliar a capacidade técnica e operacional da empresa. Caso seja constatado a incapacidade de atendimento ao objeto licitado o agente de contratação poderá emitir despacho inabilitando a licitante.

CAPÍTULO XIII – DO RECURSO

13.1 Declarada a vencedora, a Pregoeira abrirá prazo de 30 (trinta) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

13.2 A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza a Pregoeira a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

13.3 A Pregoeira examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

13.3.1 A licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

13.3.2 Para efeito do disposto no § 5º do artigo 165 da Lei nº 14.133/2021, fica à vista dos autos do processo administrativo em epígrafe, franqueada aos interessados.

13.3.3 As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pela Pregoeira serão apreciados pela autoridade competente.

13.4 O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.



CAPÍTULO XIV – DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

14.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

14.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

14.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

14.1.3 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

14.1.4 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

14.1.5 A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

CAPÍTULO XV – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1 O objeto deste Pregão será adjudicado pela Pregoeira, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá à autoridade competente para homologação.

15.2 A homologação deste Pregão compete a Autoridade Competente do Órgão Requisitante.

15.3 A licitante vencedora do item/grupo deverá providenciar o seu cadastramento junto ao Setor de Licitação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da Adjudicação, objetivando-se agilizar os procedimentos de Contratação/Emissão de Nota de Empenho.

CAPÍTULO XVI – DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

16.1 Depois de homologado o presente certame, o fornecedor beneficiário será convocado para assinatura do contrato, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data de publicação do documento de convocação, o qual será publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/PI, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital;

16.2 Poderá ser acrescentada ao contrato a ser assinado qualquer vantagem apresentada pelo fornecedor registrado em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital.

16.3 O prazo para a assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor registrado durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo órgão Contratante, com fulcro no art. 90, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

16.4 Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS e de outros meios se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação.

CAPÍTULO XVII – DAS SANÇÕES

17.1 A licitante será sancionada com o impedimento de licitar e contratar com o Município de Dom Expedito Lopes-PI e será descredenciado no cadastro de fornecedores da Prefeitura, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de multa de até 30% do valor estimado para a contratação e demais cominações legais, nos seguintes casos:



- a) Cometer fraude fiscal;
- b) Apresentar documento falso;
- c) Fizer declaração falsa;
- d) Comportar-se de modo inidôneo;
- e) Não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido;
- f) Não assinar o contrato no prazo estabelecido;
- g) Deixar de entregar a documentação exigida no certame;
- h) Não manter a proposta.

CAPÍTULO XVIII – DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

18.1 DAS IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO:

18.1.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, nos termos do art. 164, caput, da Lei nº 14.133/2021, mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico indicado no tópico “DADOS DO CERTAME”, até as 23h59min, no horário oficial de Brasília/DF.

18.1.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, nos termos do art. 164, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021 e serão divulgadas no mural do PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS e no site do TCE/PI.

18.1.3 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

18.1.4 Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

18.2 DOS RECURSOS:

18.2.1 Das decisões proferidas pela Pregoeira e seus pares caberá recurso no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, nos termos do art. 165 da Lei nº 14.133/2021;

18.2.2 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais previsto no tópico 18.2.1, será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei 14.133/2021, da ata de julgamento.

18.2.3 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento, nos termos do art. 165, § 3º da Lei nº 14.133/2021.

18.2.4 O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso, nos termos do art. 165, § 4º da Lei nº 14.133/2021.

18.3 PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO:

18.3.1 O pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico, nos termos do art. 165, inciso II da Lei nº 14.133/2021.

18.6 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente, nos termos do art. 168 da Lei nº 14.133/2021.



18.7 Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias, nos termos do art. 168, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021.

CAPÍTULO XIX – DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DOS PRODUTOS/SERVIÇOS

19.1 Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência, Anexo I, do presente Edital.

CAPÍTULO XX – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.1 As despesas decorrentes da execução do contrato correrão da seguinte forma:

FONTE DE RECURSOS: 500 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS / 706 - TRANSFERÊNCIAS ESPECIAIS
ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA / 33.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO
PROGRAMA DE TRABALHO: MANUT. DA SEC.MUN. DE ADMINISTRAÇÃO 04.122.0001.2201.0000 / MANUT. DA SEC. MUN. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE 20.122.0001.2801.0000 / CONST. E EQUIPAMENTOS DE POCOS TUBULARES 20.605.0003.1801.0000 / MANUTENÇÃO DOS POCOS TUBULARES E CHAFARIZES 20.605.0003.2802.0000 / CONSTRUÇÃO DE SISTEMA DE IRRIGAÇÃO 20.606.0003.1809.0000

CAPÍTULO XXI – DAS OBRIGAÇÕES

21.1 As obrigações da Contratante e da Contratada estão estabelecidas no **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**, deste Edital.

CAPÍTULO XXII – DO PAGAMENTO

22.1 As condições de pagamento estão previstas no **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**, deste Edital.

CAPÍTULO XXIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1 A Autoridade Competente do Órgão Requisitante compete anular este Pregão por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e revogar o certame por considerá-lo inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado.

23.1.1 A anulação do Pregão induz à do contrato.

23.1.2 As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

23.1.3 É facultado a Pregoeira ou à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.



23.2 No julgamento das propostas e na fase de habilitação, a Pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

23.2.1 Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste Pregão.

23.3 Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória n.º 2.200-2/2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

23.4 Aplicam-se às cooperativas enquadradas na situação do art. 34 da Lei n.º 11.488/2007, todas as disposições relativas às microempresas e empresas de pequeno porte.

23.5 Nos casos de divergência ou dúvida entre o texto do TERMO DE REFERÊNCIA e o texto do Edital, prevalecerá, no julgamento objetivo das propostas e documentos, o texto do Edital.

23.6 Este Pregão poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência da Pregoeira e sua Equipe de Apoio, sem prejuízo do disposto no art. 55, inciso I, alínea 'a' da Lei nº 14.133/2021.

23.7 Os licitantes ficam informados sobre os termos da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos lesivos contra a Administração Pública, em especial, ao constante no art. 5º, inciso IV, correspondente aos procedimentos licitatórios, indicando que qualquer indício de conluio, ou de outra forma de fraude ao certame, implicará aos envolvidos as penalidades previstas no mencionado diploma legal.

23.8 Em se tratando de certame que seja para aquisição de bens de natureza divisível, que possua cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte:

23.8.1 Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

23.8.2 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

23.8.3 Nas licitações por Sistema de Registro de Preço ou por entregas parceladas, o instrumento convocatório deverá prever a prioridade de aquisição dos produtos das cotas reservadas, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente.

CAPÍTULO XXIV – DOS ANEXOS

24.1 Integram este Edital, e dele fazem parte integrante, os seguintes Anexos, além de outros porventura mencionados na Parte Específica deste Edital:

24.1.1 Anexo I – Termo de Referência;

24.1.2 Anexo II – Minuta do Contrato;

24.1.3 Anexo III – Minuta de Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação;

24.1.4 Anexo IV – Minuta de Declaração de Inexistência de Fato Superveniente

24.1.5 Anexo V – Minuta da Declaração sobre Emprego de Menores.

CAPÍTULO XXV – DO FORO

25.1 As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas



PREFEITURA DE
DOM EXPEDITO LOPES
RESPEITO, HUMANIZAÇÃO E INOVAÇÃO

CNPJ: 06.553.705/000-12 | Rua São João, 55 - Centro - Dom Expedito Lopes - PI | CEP: 64620-000



administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Picos-PI, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Dom Expedito Lopes-PI, 03 de julho de 2025.

Emanuela de Moura Oliveira
Pregoeira Oficial





ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA E ESPECIFICAÇÃO

I – DO OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto a **“Contratação de empresa especializada no fornecimento de peças e serviços para manutenção de poços tubulares para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Dom Expedito Lopes, estado do Piauí”**.

II – DO AMPARO LEGAL

O presente Termo de Referência encontra-se consubstanciado Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 10.024/2019, Lei Complementar nº 123/2006 com suas alterações e demais normas pertinentes.

III – DA JUSTIFICATIVA

A justificativa para a contratação de uma empresa especializada no fornecimento de peças e serviços para manutenção de poços tubulares para a Prefeitura Municipal de Dom Expedito Lopes pode ser formulada considerando os seguintes pontos:

- ✓ A manutenção de poços tubulares é crucial para garantir o abastecimento contínuo e seguro de água para a população. Poços bem mantidos reduzem riscos de contaminação e asseguram um fornecimento confiável.
- ✓ Empresas especializadas possuem o conhecimento técnico necessário para realizar diagnósticos precisos e intervenções eficazes, garantindo que os poços operem de maneira eficiente e dentro das normas de segurança.
- ✓ Uma manutenção regular e adequada previne o desgaste excessivo de equipamentos, evitando que pequenas falhas se transformem em problemas maiores, o que poderia resultar em custos de reparo significativamente mais altos no futuro.
- ✓ Garantir que os poços estejam em ótimas condições operacionais contribui para um uso mais eficiente dos recursos hídricos e energéticos, promovendo a sustentabilidade ambiental e a redução de custos operacionais a longo prazo.
- ✓ A contratação atende a uma necessidade presente e planejada de infraestrutura da prefeitura, alinhando-se com políticas públicas de melhorias de serviços básicos para a população local.

A formalização do contrato com uma empresa especializada assegura que o serviço será realizado com qualidade e dentro dos padrões exigidos, atendendo as necessidades do município e beneficiando diretamente a comunidade.

Os recursos adicionais advindos do presente contrato auxiliarão na execução do Plano de Gestão e o cumprimento de suas metas.



IV – DA VIGÊNCIA

O contrato oriundo do procedimento licitatório objeto deste Termo de Referência vigorará pelo período de 12 meses.

V – DAS ALTERAÇÕES

O contrato oriundo do procedimento licitatório poderá ser alterado, por acordo entre as partes, mediante assinatura de Termo Aditivo, na forma da lei.

VI – DO UNIVERSO DOS CONCORRENTES

Poderá participar do procedimento licitatório qualquer pessoa jurídica com o ramo de atividades equivalente.

VII – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 A Contratada obriga-se a:

- 7.1.1. Realizar todos os serviços de manutenção dos poços tubulares conforme especificações técnicas estabelecidas no contrato e nos anexos técnicos, garantindo a qualidade e eficiência das operações.
- 7.1.2. Fornecer todas as peças e materiais necessários para a completa manutenção dos poços tubulares, assegurando que sejam novos, de qualidade, e compatíveis com as especificações exigidas.
- 7.1.3. Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos no cronograma de execução dos serviços, assegurando que qualquer atraso seja comunicado com antecedência e devidamente justificado.
- 7.1.4. Seguir todas as normas de segurança do trabalho aplicáveis durante a execução dos serviços, garantindo a integridade física dos trabalhadores e a segurança das instalações.
- 7.1.5. Designar um responsável técnico qualificado que acompanhe e supervise a execução dos serviços, facilitando a comunicação e solução de eventuais problemas.
- 7.1.6. Fornecer relatórios detalhados sobre os serviços realizados, incluindo inspeções, diagnósticos, reparos e substituições de peças, bem como atualizações regulares à contratante sobre o progresso do trabalho.
- 7.1.7. Realizar, a expensas próprias, quaisquer reparos necessários decorrentes de má execução dos serviços ou da utilização de materiais inadequados.
- 7.1.8. Manter a confidencialidade de todas as informações obtidas durante a prestação dos serviços, salvo quando houver autorização expressa da Contratante ou exigência legal.

VIII – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 São Obrigações da contratante:



- 8.1.1. Efetuar o pagamento à Contratada de acordo com o valor e condições estabelecidas no contrato, respeitando os prazos previamente acordados.
- 8.1.2. Garantir o acesso da Contratada aos locais onde os serviços serão realizados, providenciando as condições necessárias para a execução do trabalho, incluindo licenças e autorizações pertinentes.
- 8.1.3. Fornecer à Contratada todas as informações e dados necessários para a execução dos serviços, garantindo que tais informações sejam precisas e estejam atualizadas.
- 8.1.4. Designar um representante para acompanhar a execução dos serviços, facilitando a comunicação entre as partes e a resolução de eventuais questões que possam surgir.
- 8.1.5. Aprovar, em tempo hábil, as especificações dos materiais e peças a serem utilizados, conforme recomendação da Contratada, sempre que necessário.
- 8.1.6. Disponibilizar suporte técnico quando necessário, ou estabelecer comunicação com o responsável técnico da Contratada, caso existam dúvidas ou situações imprevistas.
- 8.1.7. Assegurar que as condições de segurança nos locais de trabalho sejam adequadas e compatíveis com a execução dos serviços contratados.
- 8.1.8. Proceder de maneira proativa para a resolução de quaisquer desacordos ou problemas que possam surgir durante a vigência do contrato, buscando soluções mutuamente benéficas.

IX – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do contrato correrão da seguinte forma:

FONTE DE RECURSOS: 500 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS / 706 - TRANSFERÊNCIAS ESPECIAIS
ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA / 33.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO
PROGRAMA DE TRABALHO: MANUT. DA SEC.MUN. DE ADMINISTRAÇÃO 04.122.0001.2201.0000 / MANUT. DA SEC. MUN. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE 20.122.0001.2801.0000 / CONST. E EQUIPAMENTOS DE POCOS TUBULARES 20.605.0003.1801.0000 / MANUTENÇÃO DOS POCOS TUBULARES E CHAFARIZES 20.605.0003.2802.0000 / CONSTRUÇÃO DE SISTEMA DE IRRIGAÇÃO 20.606.0003.1809.0000

X – DAS PROPOSTAS E DOS LANCES

As participantes deverão apresentar, na licitação, propostas escritas com valor inicial não inferior a 70% (setenta por cento) do valor do orçamento por lote concorrendo sob pena de desclassificação.

Aberta a sessão pública, em concordância com os procedimentos afetos à Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 10.024/2019, Lei Complementar nº 123/2006, serão apresentadas as propostas.



Após abertas as propostas, será iniciada a fase de lances. Havendo propostas iniciais com valores percentuais iguais, o ofertante do primeiro lance será definido mediante sorteio fora os casos atendido pela Lei Complementar 123/2006.

Os lances serão virtuais e sucessivos.

Após a declaração do vencedor, este terá o prazo, a ser estabelecido pela pregoeira e informado via Chat do Portal de Compras Públicas, para a entrega de nova proposta escrita, correspondente ao lance declarado vencedor.

XI – DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E MENOR PREÇO POR LOTE

Será considerada mais vantajosa para a Administração e, conseqüentemente, classificada em primeiro lugar, a proposta que, satisfazendo a todas as exigências e condições deste Termo de Referência, apresente o menor lance.

O critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO POR LOTE, observadas as exigências contidas no Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

A licitação dividida em grupos, formados por um ou mais itens, faculta ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que o compõem, não causando em hipótese alguma restrição aos competidores, muito pelo contrário, faz com que as empresas participantes possam reduzir o valor da proposta ou auferir maior desconto, em razão da possibilidade de sagra-se vencedora de vários itens e não somente de um ou dois.

Optou-se pela organização desta licitação em lotes/grupos (ao invés de itens) em virtude das condições análogas e semelhantes sobre a natureza e condições de fornecimento dos produtos, tais como: frequência e necessidade de consumo estimado, período de validade, conservação, resistência e tamanho das embalagens, forma de armazenamento, tipo de transporte dos produtos.

A possibilidade de parcelamento dos objetos a serem licitados/contratados encontra-se estatuída no art. 40 da Lei Federal nº 14.133/21, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Assim sendo, quando a Administração Pública realiza um processo licitatório, em sendo similares os objetos a regra é que sejam licitados conjuntamente. Entretanto, de modo a estimular a competição e a busca da proposta mais vantajosa, existe a possibilidade de serem divididos em itens (ou lotes). A decisão em questão – dividir em lotes ou reunir em objeto único – integra a competência administrativa discricionária, cabendo verificar em cada caso concreto, com base em juízo de oportunidade e conveniência, qual das soluções é a mais apropriada.

A análise relativa à contratação e a forma de execução contratual foi deliberada pela Administração Pública de modo que a escolha da distribuição dos lotes levou em consideração não só a ampla concorrência, mas também fatores operacionais, como condições de fornecimento, e com isso, obter ganhos de escala e eficiência gerencial na gestão do contrato, ultrapassando os limites do certame.

XII – DO PAGAMENTO

Para efeito de pagamento, a contratada encaminhará ao órgão/ente, após o atendimento de cada pedido, requerimento solicitando o pagamento devidamente acompanhado da fatura/nota fiscal devidamente atestada e cópia da Nota de Empenho.



PREFEITURA DE
DOM EXPEDITO LOPES
RESPEITO, HUMANIZAÇÃO E INOVAÇÃO

CNPJ: 06.553.705/000-12 | Rua São João, 55 - Centro - Dom Expedito Lopes - PI | CEP: 64620-000



Os pagamentos serão efetuados no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da data de entrada do requerimento e fatura-recibo no protocolo do órgão/ente contratante, ou em outro prazo que poderá ficar ajustado com o contratante, inclusive quanto aos parcelamentos, sob pena de assistir direito às verbas e atualização dos valores na forma legal.

As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada para as devidas correções.

Os pagamentos serão feitos através de depósito bancário na conta corrente da contratada, que deverá indicar a instituição bancária, agência, localidade, conta corrente, para que seja feito o critério correspondente. Estas informações devem constar da nota fiscal ou nota fiscal/fatura.

A contratada não receberá pagamento enquanto houver pendências de obrigações que tenham sido impostas em virtude de penalidades ou inadimplemento. Cessadas estas causas, os pagamentos serão retomados sem que haja qualquer direito a atualização monetária.

Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:

- a) Certidão Negativa de Débitos CND emitida pelo INSS
- b) Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS
- c) Certidão de Regularidade Fiscal com as Fazendas: Federal, Municipal e Estadual.

XIII – DA RESCISÃO

O contrato oriundo do procedimento licitatório poderá ser rescindido por qualquer uma das partes em razão do descumprimento de quaisquer das obrigações ou condições nele pactuadas, bem como pela superveniência de norma legal ou fato administrativo que torne formal ou materialmente inexecutável ou, ainda, por ato unilateral, mediante comunicação prévia da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, mantidas inalteradas, nesse prazo, as atribuições de ambos os contratantes.

XIV – DA PUBLICAÇÃO

Em conformidade com o disposto no parágrafo único do art. 89, § 1º da Lei nº 14.133/2021, a avença deverá ser publicada, na forma de extrato, no MURAL DA PREFEITURA, DIÁRIO OFICIAL DAS PREFEITURAS PIAUIENSES, PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS e LICITAÇÕES WEB-TCE/PI

XV – DAS ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS CONFORME PLANILHA ANEXA

OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de peças e serviços para manutenção de poços tubulares para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Dom Expedito Lopes, estado do Piauí.

VALOR PREVISTO: Orçamento Sigiloso.

OBS 1: O fornecimento dos itens objeto deste certame se dará através de demanda espontânea, para todos os itens e a entrega deverá acontecer em no máximo 24 horas após a solicitação sem custos adicionais e independente da quantidade.

OBS 2: A licitante deverá apresentar junto aos documentos de habilitação DECLARAÇÃO, em modelo próprio, de que cumprirá os prazos de entrega e nas condições estabelecidas no edital, sob pena de inabilitação.



PREFEITURA DE
DOM EXPEDITO LOPES
RESPEITO, HUMANIZAÇÃO E INOVAÇÃO

CNPJ: 06.553.705/000-12 | Rua São João, 55 - Centro - Dom Expedito Lopes - PI | CEP: 64620-000



PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

LOTE I – PEÇAS E EQUIPAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DE POÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTD
1	ACOPLAM P/MOT/BOMB 4" VHE BV 300052001	UN	4
2	ACOPLAMENT ANTIGO 4R1/8-4R1/8P-BL	UN	8
3	ACOPLAMENT NOVO 4R1/5IA 23.3X45MM	UN	4
4	ACOPLAMENTO VBUP 4" NOVO 3000520031	UN	2
5	ADAPT IR LF BSXPR 50" X 1.1/2"	UN	20
6	ADAPT IR LF BSXPR 50" X 2"	UN	25
7	ADAPT SD B. R. P/REG 20X1/2	UN	14
8	ADAPT SD B. R. P/REG 25X3/4	UN	30
9	ADAPT SD B. R. P/REG 32X1	UN	35
10	ADAPT SD B. R. P/REG 50X1.1/2	UN	15
11	ADAPT SD B. R. P/REG 60X2	UN	6
12	ADAPT SD B. R. P/REG. 75X2.1/2	UN	10
13	ADAPT SD F/ANEL VED CX CIL/RET 50M	UN	5
14	ADAPT SD F/ANEL VED CX CIL/RET 60MM	UN	5
15	ADESIVO PVC BISNAGA INCOLOR 75G	UN	40
16	ADESIVO PVC FRASCO-POTE INCOLOR 175G	UN	30
17	ANEL VED 300/350 1/3-10CV 4 BL	UN	8
18	BICO INJETOR G-150/01	UN	1
19	BIELA CJ COMPL	UN	1
20	BOMBA ALIMENT M-790, CJ	UN	1
21	BOMBA OLEO CJ	UN	1
22	BOMBEADOR 4R3IA-11	UN	1
23	BOMBEADOR 4R3RIA-11	UN	1
24	BOMBEADOR 4R3RIA-24	UN	1
25	BOMBEADOR 4R3RIA-30	UN	1
26	BOMBEADOR 4R4IA-10	UN	1
27	BOMBEADOR 4R4IA-13	UN	2
28	BOMBEADOR 4R4IA-18	UN	1
29	BOMBEADOR 4R5IA-09	UN	2
30	BOMBEADOR 4R5IA-10	UN	2
31	BOMBEADOR 4R5IA-12	UN	1
32	BOMBEADOR 4R5IA-13	UN	1
33	BOMBEADOR 4R5IA-15	UN	1
34	BOMBEADOR 4R5IA-17	UN	1
35	BOMBEADOR 4R5IA-19	UN	1
36	BOMBEADOR 4R5IA-27	UN	1
37	BOMBEADOR 4R6PB-08	UN	1
38	BOMBEADOR 4R6PB-12	UN	1
39	BOMBEADOR 4R8PB-11	UN	1
40	BOMBEADOR 4R8PB-12	UN	1
41	BOMBEADOR 4R8PB-13	UN	1
42	BOMBEADOR 4R8PB-15	UN	1
43	BOMBEADOR 4R8PB-17	UN	1
44	BOMBEADOR R20A-05 5.5HP 6"	UN	1
45	BOMBEADOR VBUP-41 24E 1,5CV 4	UN	1
46	BOMBEADOR VBUP-42 40E 4.0CV 4"	UN	1



PREFEITURA DE
DOM EXPEDITO LOPES
RESPEITO, HUMANIZAÇÃO E INOVAÇÃO

CNPJ: 06.553.705/000-12 | Rua São João, 55 - Centro - Dom Expedito Lopes - PI | CEP: 64620-000



47	BOMBEADOR VBUP-43 35E 5.0CV 4"	UN	1
48	BOMBEADOR VHU-40 40E 2,0CV 4"	UN	1
49	BOMBEADOR 4R3IA-21	UN	2
50	BOMBEADOR 4R3IA-25	UN	1
51	BOMBEADOR 4R4IA-25	UN	1
52	BOMBEADOR R11A-06 4.0HP 6"	UN	1
53	BOTAO DUPLO CSW-BD PAST.10A	UN	10
54	BUCHA DESG BRZ BL 18X17MM	UN	12
55	BUCHA DESG BZE 4R/ BL18X28	UN	11
56	BUCHA DESG. 6 25X55MM BL	UN	6
57	BUCHA G. SUP/INF MT500/610 BL	UN	4
58	BUCHA G.50X33X21 300/330/350	UN	4
59	BUCHA GUIA 36X36MM R10I/16I/25I BL	UN	7
60	BUCHA GUIA BORR.30X15 4R BL	UN	10
61	BUCHA GUIA INOX 30X15MM BL	UN	15
62	BUCHA RED FG 1.1/2"X1.1/4"	UN	6
63	BUCHA RED FG 2" X1.1/2"	UN	5
64	BUCHA RED FG 2.1/2"X2"	UN	3
65	BUCHA RED ROSC PVC 1.1/2"X1.1/4"	UN	4
66	BUCHA RED SOLD CURTA 40X32 TIGRE	UN	4
67	CABECOTE CIL COMP M790	UN	1
68	CABO PP 2 X 2,5 MM	MT	70
69	CABO PP 2 X 4,0MM	MT	110
70	CABO PP 3 X 1,5MM	MT	100
71	CABO PP 3 X 2,5 MM	MT	100
72	CABO PP 3 X 4,0 MM	MT	200
73	CABO PP 3 X 6,0 MM	MT	250
74	CABO PP 3 X 10,0 MM	MT	50
75	CABO PP 3 X 16,0 MM	MT	45
76	CABO PP 4 X 2.5MM	MT	50
77	CABO PP 4 X 4.0MM	MT	45
78	CAIXA D`AGUA 10000L FIBRA VD	UN	1
79	CAIXA D`AGUA FIBRA VD 5000L	UN	1
80	CAIXA DAGUA 3000L POLIET	UN	1
81	CAP IR LF SOLD 35	UN	8
82	CAP IR LF SOLD 50	UN	30
83	CAP IR LF SOLD 75	UN	10
84	CAPACITOR P/MOTOR 270/324UF 250V	UN	15
85	CAPACITOR P/MOTOR 340-408UF 250V	UN	1
86	CAPACITOR P/MOTOR 540/648UF 220V	UN	1
87	CAPACITOR PERMANENTE 20UF 400V	UN	2
88	CAPACITOR PERMANENTE 20UF 450V	UN	4
89	CAPACITOR PERMANENTE 25UF 450V	UN	4
90	CAPACITOR PERMANENTE 30UF 400V	UN	4
91	CAPACITOR PERMANENTE 35UF 400V	UN	10
92	CAPACITOR PERMANENTE 35UF 450V	UN	3
93	CAPACITOR PERMANENTE 40UF 400V	UN	5
94	CAPACITOR PERMANENTE 50UF 250V	UN	2
95	CAPACITOR PERMANENTE 50UF 400V	UN	15
96	CAPACITOR PERMANENTE 60UF 400V	UN	1
97	CHAVE PART PDW 2.0CV 380V 2,8-4A	UN	3



PREFEITURA DE
DOM EXPEDITO LOPES
RESPEITO, HUMANIZAÇÃO E INOVAÇÃO

CNPJ: 06.553.705/000-12 | Rua São João, 55 - Centro - Dom Expedito Lopes - PI | CEP: 64620-000



98	CHAVE PART PDW 3.0CV 380V 4-6.3A	UN	4
99	CHAVE PART PDW 4,0CV 380V 5,6-8A	UN	2
100	CHAVE PART PDW 5,0CV 380V 7-10A	UN	3
101	CHAVE PART PDW 7,5CV 380V 10-15A	UN	2
102	CHAVE PART PDW 10,0CV 380V 11-17A	UN	3
103	CHAVE PART PDW 12,5CV 380V 15-23A	UN	4
104	CHAVE PART PDWM-04 2.0/3.0CV 11-17A 220V	UN	2
105	CHAVETA 3/16X5/32X17MM BL	UN	5
106	CONTACTOR CWM 9.10 220V 30V26 60HZ	UN	4
107	CONTACTOR CWM12.10 220V 30V26 60HZ	UN	6
108	CONTACTOR CWM18.10 220V 30V26 60HZ	UN	6
109	CONTACTOR CWM18.10 380V 30V41 60HZ	UN	3
110	CONTACTOR CWM25.10 220V 30V26 60HZ	UN	3
111	COTOVELO FG 1.1/2"	UN	3
112	COTOVELO FG 2"	UN	2
113	COTOVELO FG 2.1/2"	UN	2
114	CURVA 90 LONGA SOLD. 50MM	UN	7
115	CURVA 90 LONGA SOLD. 60MM	UN	4
116	CURVA 90º IR LF BS/PL 35	UN	5
117	CURVA 90º IR LF BS/PL 50	UN	10
118	CURVA 90º IR LF BS/PL 75	UN	7
119	CURVA ESCAPE M-80/85 G137/04	UN	1
120	CURVA M/F FG 1.1/2"	UN	12
121	CURVA M/F FG 1.1/4"	UN	4
122	DIAFRAGMA S-400/500/760 BL	UN	4
123	DIJUNTOR BIFASICO BIP 2P 25A	UN	2
124	DIJUNTOR BIFASICO BIP 2P 30A	UN	1
125	DIJUNTOR TRIFASICO 3P 40A	PC	1
126	DIJUNTOR TRIFASICO 3P 50A	UN	2
127	DIODO P/GERADOR KOHLBACH SKR 26/08	UN	6
128	DISCO ENCOSTO 500/610 TEMP.	UN	3
129	ESCOVA CARVAO P/GERADOR 30X10X10 EL-123	UN	6
130	FILTRO COMBUSTIVEL (CROSS) GU86	UN	8
131	FIO ENCAPADO P/BOMBA SUB 0,60MM (KG)	MT	5
132	FIO ENCAPADO P/BOMBA SUB 0,70MM (KG)	MT	5
133	FIO ENCAPADO P/BOMBA SUB 0,80MM (KG)	MT	5
134	FIO ENCAPADO P/BOMBA SUB 0,90MM (KG)	MT	7
135	FIO ENCAPADO P/BOMBA SUB 1,00MM (KG)	MT	7
136	FIO ENCAPADO P/BOMBA SUB 1,10MM (KG)	MT	7
137	FIO ENCAPADO P/BOMBA SUB 1,20MM (KG)	MT	7
138	FIO ENCAPADO P/BOMBA SUB 1,30MM (KG)	MT	7
139	FIO ENCAPADO P/BOMBA SUB 1,40MM (KG)	MT	7
140	FITA AUTO-FUSAO 19MMX 2M 3M	UN	12
141	FITA AUTO-FUSAO 19MMX10M	UN	18
142	FITA ISOLANTE ANTI-CHAMA 19MM X 20M (NOVA)	UN	15
143	FITA ISOLANTE ANTI-CHAMA 19MMX5M	UN	20
144	FITA VEDAROSCA 18MMX25M	UN	13
145	FITA VEDAROSCA 18MMX50M	UN	14
146	FUSIVEL FDW 16 DII 16A GL/GG 02	UN	10
147	FUSIVEL FDW 20 DII 20A GL/GG 03	UN	10
148	FUSIVEL FDW 25 DII 25A GL/GG 04	UN	10



PREFEITURA DE
DOM EXPEDITO LOPES
RESPEITO, HUMANIZAÇÃO E INOVAÇÃO

CNPJ: 06.553.705/000-12 | Rua São João, 55 - Centro - Dom Expedito Lopes - PI | CEP: 64620-000



149	INVOLUCRO DE POLIESTER (JG) BL	UN	6
150	JOELHO SOLD 25MM	UN	25
151	JOELHO SOLD 60MM	UN	10
152	JOELHO SOLD 75MM	UN	2
153	JOELHO SOLD L/R 20X1/2"	UN	20
154	JUNTAS (JG) M- 85	UN	1
155	KIT PINO GUIA MT 710 BL	UN	5
156	KIT ROTOR DIFUSOR 4R3 IA-PA	UN	50
157	KIT ROTOR DIFUSOR 4R5 IA-PA	UN	50
158	KIT ROTOR DIFUSOR 4R6 PB	UN	40
159	KIT ROTOR DIFUSOR 4R8 PB	UN	40
160	KITS CILIND PISTAO ANEIS M-90ID/93/93ID	UN	1

LOTE II – PEÇAS E EQUIPAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DE POÇOS

1	LUVA FG 1.1/2"	UN	80
2	LUVA FG 1.1/4"	UN	60
3	LUVA FG 2"	UN	10
4	LUVA IR LF SOLD 50	UN	30
5	LUVA IR LF SOLD 75	UN	10
6	LUVA M/F RED FG 1.1/2"X1"	PC	1
7	LUVA RED FG 1.1/2"X1.1/4"	UN	6
8	LUVA RED FG 2" X1.1/2"	UN	2
9	LUVA SOLD 110MM	UN	1
10	LUVA SOLD 20MM	UN	50
11	LUVA SOLD 32MM	UN	50
12	LUVA SOLD L/R 25 X 3/4	UN	10
13	MANCAL BIELA NS-11 0,75 G-103/01	UN	4
14	MANGUEIRA CRISTAL 1" X 2,0MM	MT	60
15	MANGUEIRA CRISTAL 1" X 2.5MM	MT	35
16	MANGUEIRA POLIET. 1/2" X 1,0MM	MT	1000
17	MANGUEIRA POLIET. 3/4" X 1.5MM	MT	1050
18	MANGUEIRA POLIET. 1" X 2,0MM	MT	950
19	MANGUEIRA POLIET. 1.1/4" X 3,0MM	MT	600
20	MOTOR SUBMERSO REBOBINÁVEL	UN	1
21	MOTOR SUBMERSO BLINDADO 0,7HP/220MO 4"	UN	1
22	MOTOR SUBMERSO BLINDADO 1,0HP/220MO 4"	UN	2
23	MOTOR SUBMERSO BLINDADO 1,0HP/380V 4"	UN	2
24	MOTOR SUBMERSO BLINDADO 1,5HP/220MO 4"	UN	4
25	MOTOR SUBMERSO BLINDADO 1,5HP/380V 4"	UN	2
26	MOTOR SUBMERSO BLINDADO 2,0HP/380V 4"	UN	2
27	MOTOR SUBMERSO BLINDADO 2,0HP/220MO 4"	UN	4
28	MOTOR SUBMERSO BLINDADO 3,0HP/220MO	UN	4
29	MOTOR SUBMERSO BLINDADO 3,0HP/380V 4"	UN	2
30	MOTOR SUBMERSO REBOBINÁVEL /5,0HP 440V 4"	UN	2
31	MOTOR SUBMERSO REBOBINÁVEL 2,0HP/440V 4"	UN	1
32	MOTOR SUBMERSO REBOBINÁVEL 3,0HP/440V 4"	UN	2
33	MOTOR SUBMERSO REBOBINÁVEL 3,5HP 380V	UN	1
34	MOTOR SUBMERSO REBOBINÁVEL 4,0CV/440MO 4"	UN	2
35	MOTOR SUBMERSO REBOBINÁVEL 4,5HP/380V 4"	UN	2



PREFEITURA DE
DOM EXPEDITO LOPES
RESPEITO, HUMANIZAÇÃO E INOVAÇÃO

CNPJ: 06.553.705/000-12 | Rua São João, 55 - Centro - Dom Expedito Lopes - PI | CEP: 64620-000



36	MOTOR SUBMERSO REBOBINÁVEL 5.0-5,5CV/380V 4"	UN	2
37	NIPLE DUPLO FG 1.1/2"	UN	12
38	NIPLE DUPLO FG 1.1/4"	UN	1
39	NS-50 01334 JUNTA CABECOTE	UN	1
40	NS-50 01550 KITS COMPLETO (C), (YB)	UN	1
41	NS-50 01561 JUNTA (JG)	JG	1
42	NS-50 11580 CABECOTE C/JUNTA MONTADO	UN	1
43	NS-50 12592 ELEMENTO MONT NS-75 B- 7/8/9/NB10	UN	1
44	NS-50 21190 CHAVETA DO VOLANTE 10X8X28	UN	2
45	NS-50 21510 VIRABREQUIM COM PESO, CJ	UN	1
46	NS-50 22520 ANEIS , JG.	UN	1
47	NS-50 23400 MANCAL DA BIELA STD BB.204	JG	1
48	NS-50 35150 ELEMENTO DO FILTRO NS-50/75	UN	1
49	NS-50 39131 CONEXAO C/ROSCA M8X19	UN	1
50	NS-50 51300 REPARO DA BOMBA INJ.	PC	2
51	NS-50 51310 VALVULA RECAQUE	PC	5
52	NS-50 51402 CORPO REGULADOR 05 YM	UN	5
53	NS-50 51420 VALVULA AGULHA	UN	3
54	NS-50 53050 BICO INJETOR	UN	8
55	NS-50 55701 ELEMENTO DO FILTRO	PC	2
56	NS-50 59090 JUNTA	UN	12
57	NS-50 66240 ALAV AJUSTE,(CJ)	UN	1
58	NS-90 01550 KITS COMPLETO (C), (YB)	UN	2
59	NS-90 02311 ROLAMENTO NJ211EC3 100X55MM	UN	2
60	NS-90 11161 GUIA DA VALVULA NS-90/11	UN	2
61	NS-90 11580 CABECOTE C/JUNTA MONTADO	UN	1
62	NS-90 22521 ANEIS C/MOLA , JG.	UN	2
63	NS-90 23400 MANCAL DA BIELA STD BB.206	UN	2
64	NS-90 51100 ELEMENTO B. NS-90/11-B9/10	UN	2
65	PACU8 JUNTA DE COBRE YM	UN	4
66	PAINEL B23/1,0HP/23MO	UN	4
67	PAINEL B23/1,5HP/23MO	UN	6
68	PAINEL B23/2,0HP/23MO	UN	6
69	PAINEL CPATL/2,0HP/220V	UN	1
70	PAINEL CPATL/3,0HP/220V	UN	2
71	PAINEL CPATL/4,0HP/220V	UN	1
72	PAINEL CPD/ 3,0-3,5HP/380V-T3	UN	1
73	PASTILHA(JG 06PÇS)610/6BLTEMP	UN	4
74	PISTAO 89,94MM STD M-93	UN	1
75	PISTAO 89,97MM STD M-90	UN	1
76	PISTAO 90,47MM 0,50 M-90	UN	1
77	PORCA CALOTA BL MT500/610	UN	5
78	PRISION 3/8X79MM BL	UN	2
79	REG ESF IRR AZUL 50MM A	UN	40
80	REG ESF IRR AZUL 75MM A	UN	12
81	REG ESF SOLD PVC 20MM MARRON	UN	12
82	REG ESF SOLD PVC 25MM MARRON	UN	10
83	REG ESF SOLD PVC 32MM MARRON	UN	10
84	REG ESF SOLD PVC 40MM MARRON	UN	5
85	REG ESF VS ROSC PVC 2"	UN	3
86	REG GAVETA EUROPA 1.1/2"	UN	2



PREFEITURA DE
DOM EXPEDITO LOPES
RESPEITO, HUMANIZAÇÃO E INOVAÇÃO

CNPJ: 06.553.705/000-12 | Rua São João, 55 - Centro - Dom Expedito Lopes - PI | CEP: 64620-000



87	REG GAVETA EUROPA 1.1/4"()	UN	1
88	REG VALV ESF LATAO 2.1/2" JAPI	PC	2
89	RELE FALTA FASE RPW 380V 50/60HZ	UN	15
90	RELE SOBR TERM RW27 1D3 8-12,5A 5CV	UN	3
91	RELE SOBR TERM RW27 1D3 10-15A 7,5CV	UN	3
92	RELE SOBR TERM RW27 1D3 11-17A	UN	3
93	RELE SOBR TERM RW27 1D3 15-23A 10CV	UN	3
94	RELE SOBR TERM RW27 1D3 22-32A 15CV	UN	3
95	RELE SOBRE CARGA 125-250 VAC 17,5A 220V	UN	2
96	RELE SOBRE CARGA 125-250 VAC 25A 220V	UN	3
97	RELE TEMPO RTW 01-10S 220/240VAC	UN	10
98	RELE TEMPO RTWRE 01-10S 380/440V WEG	UN	2
99	RETENTOR 01019 MT500 BL 38X25MM	UN	5
100	RETENTOR MT300/350 BL 28X19MM	UN	5
101	ROLAMENTO 6001-ZZC3 NSK/SKF 28X12MM	UN	1
102	ROLAMENTO 6002-ZZC3 NSK/SKF 32X15MM	UN	3
103	ROLAMENTO 6003-ZZC3 GBR 35X17MM	UN	2
104	ROLAMENTO 6003-ZZC3 NSK/SKF 35X17MM	UN	5
105	ROLAMENTO 6004-ZZC3 NSK/SKF 42X20MM	UN	2
106	ROLAMENTO 6005-ZZC3 NSK/SKF 47X25MM	UN	2
107	ROLAMENTO 6007-ZZC3 NSK/SKF 62X35MM	UN	1
108	ROLAMENTO 6008-ZZC3 NSK/SKF 68X40MM	UN	2
109	ROLAMENTO 6011-ZZC3 NSK/SKF 90X55MM	UN	3
110	ROLAMENTO 6012-ZZC3 NSK/SKF 95X60MM	UN	1
111	ROLAMENTO 6205-ZZ ORIG. NSK/SKF 52X25MM	UN	3
112	ROLAMENTO 6206-ZZ NSK/SKF 62X30MM	UN	3
113	ROLAMENTO 6207-ZZ ORIG. NSK/SKF 72X35MM	UN	2
114	ROLAMENTO 6311-ZZ ORIG. NSK/SKF 120X55MM	UN	2
115	ROTOR BOMBE. R11	UN	10
116	T. CANAL MT 4 5.5X540MM	UN	2
117	TAMPA CAIXA D'AGUA FIBRA 5000LTS	UN	1
118	TAMPA CAIXA D'AGUA FIBRA 10000LTS	UN	1
119	TAMPA CPL DIFUSOR 4R6/8 BL	UN	6
120	TANQUE COMB. PLAST. NOVO	UN	1
121	TE 90 SOLD 25MM	UN	5
122	TE 90º ROSCA 1.1/2"	UN	4
123	TE 90º SOLD 20MM	UN	10
124	TE 90º SOLD 32MM	UN	10
125	TE 90º SOLD 60MM	UN	3
126	TE FG 1.1/2"	UN	5
127	TE IR LF BS 50"	UN	20
128	TE IR LF BS 75"	UN	6
129	TE IR LF BS RED 75X50	UN	4
130	TE IR LF BSR 35" X 1"	UN	12
131	TE IR LF BSR 50 X 3/4"	UN	15
132	TE IR LF BSR 50 X 1"	UN	35
133	TUBO EDUTOR GEOT DN40 X 4M 1.1/2"	TB	75
134	TUBO EDUTOR GEOT DN50 X 4M 2"	TB	10
135	TUBO FGALV 1.1/2"X6MX19,1KG PERFIL	TB	20
136	TUBO FGALV 1.1/4X6MX14,4KG PERFIL	TB	35
137	TUBO FGALV 2"X6MX24,02KG PERFIL	TB	4



PREFEITURA DE
DOM EXPEDITO LOPES
RESPEITO, HUMANIZAÇÃO E INOVAÇÃO

CNPJ: 06.553.705/000-12 | Rua São João, 55 - Centro - Dom Expedito Lopes - PI | CEP: 64620-000



138	TUBO IR AGROPEC PN60 DN 25	TB	10
139	TUBO IR LF PN40 PBL 35	TB	40
140	TUBO IR LF PN40 PBL 50	TB	35
141	TUBO IR LF PN40 PBL 75	TB	40
142	TUBO PVC SD MARR 20MM (METRO)	MT	204
143	TUBO PVC SD MARR 25MM (METRO)	MT	90
144	TUBO PVC SD MARR 32MM (METRO)	MT	120
145	TUBO PVC SD MARR 75MM (METRO)	MT	36
146	UNIAO FG ASSENTO PLANO 2.1/2"	UN	2
147	UNIAO PVC COM ROSCA 1.1/2"	UN	8
148	UNIAO PVC COM ROSCA 1.1/4	UN	4
149	UNIAO PVC SOLD 50MM	UN	3
150	UNIAO PVC SOLD 60MM	UN	3
151	VALV RET HORIZ C/PORT 1.1/2	UN	2
152	VALV RET HORIZ C/PORT 2	UN	2
153	VALV RET VERT 1.1/2	UN	3
154	VALV RET VERT 1.1/4	UN	4
155	VOLTIMETRO BO-65 0-500V (REDONDO)	UN	5

LOTE III – SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE POÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD
1	DESMONTAGEM E MONTAGEM DE POÇOS	UNID	60
2	MONTAGEM DE EQUIPAMENTO NOVO COM ENERGIA	UNID	10
3	MONTAGEM DE EQUIPAMENTO NOVO COM GERADOR	UNID	6
4	CONCERTO NA OFICINA EM PAINEL DE COMANDO	UNID	25
5	VIAGEM PARA CONCERTO PAINEL DE COMANDO	UNID	25
6	MONTAGEM DE QUADRO DE COMANDO	UNID	25
7	REPARO DE BOMBA SUBMERSA ATÉ 5CV	UNID	60
8	REPARO DE BOMBA SUBMERSA DE 5 A 15CV	UNID	40
9	REPARO DE BOMBAS CENTRIFUGAS NA OFICINA	UNID	20
10	REPARO DE FORRAGEIRAS	UNID	5
11	REPARO DE MOTORES A DIESEL	UNID	20
12	REPARO DE COMPRESSOR	UNID	10
13	RETIFICAS DE EIXO DOS MOTORES E FORRAGEIRAS	UNID	10
14	RETIFICAS DE BUCHAS DE MOTOR SUBMERSO	UNID	50
15	RETIFICAS DE FORRAGEIRAS E SERVIÇO DE SOLDA	UNID	5
16	TESTE DE VAZÃO COM NE E ND	UNID	10
17	MAO DE OBRA DE REBOBINAMENTO DE MOTOR SUBMERSO ATÉ 5CV	UNID	50
18	MAO DE OBRA DE REBOBINAMENTO DE MOTORES DE 5 A 15 CV	UNID	30



ANEXO II

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 093/2025
LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2025

Pelo presente contrato, de um lado a Prefeitura Municipal de Dom Expedito Lopes-PI, neste ato representada pelo Sr. Abimael José do Nascimento Lima, Prefeito Municipal, inscrito no CPF nº 029.022.723-24 e RG nº 3.741.241 SSP-PI, residente e domiciliado nesta cidade, adiante designado **CONTRATANTE** e de outro, a empresa XXXXXXX, sediada na XXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXXXXXXX, adiante designada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada pelo (a) seu (a) XXXXXXX, o (a) Sr.(a) XXXXXXX, inscrito no CPF: XXXXXX e RG: XXXXXX, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada, resolvem celebrar o presente ajuste administrativo, que se regerá pelas disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 10.024/2019, Lei Complementar nº 123/2006 com suas alterações e demais normas pertinentes, pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1.1 “Contratação de empresa especializada no fornecimento de peças e serviços para manutenção de poços tubulares para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Dom Expedito Lopes, estado do Piauí”.

CLÁUSULA II – DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

2.1 São direitos da Contratante:

- 2.1.1. Receber o objeto / serviço licitado do presente Contrato nos termos e condições pactuados (as);
- 2.1.2. Alterar unilateralmente o Contrato, nos casos previstos no art. 124, inciso I, alíneas “a” e “b”, da Lei nº 14.133/2021, ou rescindi-lo administrativamente em caso de inexecução total ou parcial das cláusulas pactuadas, de acordo com o art. 138, § 1º, do referido diploma legal.
- 2.1.3. Receber demonstrativo detalhado dos valores e quantidades compradas, após a emissão da Nota Fiscal/Fatura do objeto licitado.

2.2 São direitos da Contratada:

- 2.2.1. Receber a remuneração do objeto licitado / serviço prestado, pelo preço e condições constantes das Cláusulas Terceira e Quarta;
- 2.2.2. Propor à Contratante a melhor forma de prestação do serviço / fornecimento do objeto do presente Contrato.

2.3 São obrigações da Contratante:

- 2.3.1. Efetuar o pagamento à Contratada de acordo com o valor e condições estabelecidas no contrato, respeitando os prazos previamente acordados.
- 2.3.2. Garantir o acesso da Contratada aos locais onde os serviços serão realizados, providenciando as condições necessárias para a execução do trabalho, incluindo licenças e autorizações pertinentes.
- 2.3.3. Fornecer à Contratada todas as informações e dados necessários para a execução dos serviços, garantindo que tais informações sejam precisas e estejam atualizadas.
- 2.3.4. Designar um representante para acompanhar a execução dos serviços, facilitando a comunicação entre as partes e a resolução de eventuais questões que possam surgir.
- 2.3.5. Aprovar, em tempo hábil, as especificações dos materiais e peças a serem utilizados, conforme recomendação da Contratada, sempre que necessário.
- 2.3.6. Disponibilizar suporte técnico quando necessário, ou estabelecer comunicação com o responsável técnico da Contratada, caso existam dúvidas ou situações imprevistas.
- 2.3.7. Assegurar que as condições de segurança nos locais de trabalho sejam adequadas e compatíveis com a execução dos serviços contratados.



- 2.3.8. Proceder de maneira proativa para a resolução de quaisquer desacordos ou problemas que possam surgir durante a vigência do contrato, buscando soluções mutuamente benéficas.
- 2.3.9. Comunicar à Contratada, o mais prontamente possível, qualquer anormalidade observada na execução do contrato;
- 2.3.10. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários que venham ser solicitados pela Contratada, durante a vigência e execução do contrato;
- 2.3.11. Controlar o objeto licitado e documentar as ocorrências havidas;
- 2.3.12. Solicitar, sempre que julgar necessário, a comprovação dos preços vigentes, na data da emissão da Nota Fiscal/Fatura;
- 2.3.13. Permitir acesso dos empregados da Contratada à sua dependência referente ao objeto licitado, quando necessário;
- 2.3.14. Emitir, por intermédio da Contratante, pareceres em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização do objeto licitado, à exigência de condições estabelecidas neste Contrato e na proposta de aplicação de sanções;

2.4 São obrigações da Contratada:

- 2.4.1. Realizar todos os serviços de manutenção dos poços tubulares conforme especificações técnicas estabelecidas no contrato e nos anexos técnicos, garantindo a qualidade e eficiência das operações.
- 2.4.2. Fornecer todas as peças e materiais necessários para a completa manutenção dos poços tubulares, assegurando que sejam novos, de qualidade, e compatíveis com as especificações exigidas.
- 2.4.3. Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos no cronograma de execução dos serviços, assegurando que qualquer atraso seja comunicado com antecedência e devidamente justificado.
- 2.4.4. Seguir todas as normas de segurança do trabalho aplicáveis durante a execução dos serviços, garantindo a integridade física dos trabalhadores e a segurança das instalações.
- 2.4.5. Designar um responsável técnico qualificado que acompanhe e supervise a execução dos serviços, facilitando a comunicação e solução de eventuais problemas.
- 2.4.6. Fornecer relatórios detalhados sobre os serviços realizados, incluindo inspeções, diagnósticos, reparos e substituições de peças, bem como atualizações regulares à contratante sobre o progresso do trabalho.
- 2.4.7. Realizar, a expensas próprias, quaisquer reparos necessários decorrentes de má execução dos serviços ou da utilização de materiais inadequados.
- 2.4.8. Manter a confidencialidade de todas as informações obtidas durante a prestação dos serviços, salvo quando houver autorização expressa da Contratante ou exigência legal.
- 2.4.9. Tomar todas as providências necessárias para a fiel execução deste Instrumento, devendo as falhas que porventura venham a ocorrer serem sanadas em até 48 (quarenta e oito) horas;
- 2.4.10. Utilizar pessoal devidamente habilitado para execução do objeto contratado;
- 2.4.11. Responsabilizar-se por danos causados à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante;
- 2.4.12. Abster-se de quaisquer iniciativas que impliquem ônus para a Contratante, se não previstas neste Instrumento;
- 2.4.13. Sujeitar-se a ampla e irrestrita fiscalização por parte da Contratante, no acompanhamento da execução do objeto, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- 2.4.14. Comunicar à Contratante por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
- 2.4.15. Apresentar fatura/nota fiscal consolidada de cobrança, contendo o valor total dos produtos fornecidos / serviços prestados, e a quantidade total dos mesmos.
- 2.4.16. A referida fatura/nota fiscal deverá ser apresentada com um prazo não inferior a 05 (cinco) dias antecedentes à data do vencimento;



PREFEITURA DE
DOM EXPEDITO LOPES
RESPEITO, HUMANIZAÇÃO E INOVAÇÃO

CNPJ: 06.553.705/000-12 | Rua São João, 55 - Centro - Dom Expedito Lopes - PI | CEP: 64620-000



2.4.17. Comunicar à Contratante, por escrito, qualquer anormalidade nos produtos / serviços e prestar informações julgadas necessárias, em tempo hábil, principalmente quando solicitadas pelo Prefeito Municipal de Dom Expedito Lopes-PI.

2.4.18. Atender prontamente quaisquer exigências do Gestor deste Contrato, no que for relacionado ao objeto ora contratado;

2.4.19. Substituir, sempre que exigido pela Contratante, qualquer um de seus empregados em serviço, cuja atuação, permanência ou comportamento forem julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à execução do objeto contratado;

2.4.20. Não ceder ou transferir a outrem por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, nem subcontratar, os serviços a que está obrigada por força do Contrato, salvo se previamente autorizado pela Administração da Contratante.

CLÁUSULA III – DO FORNECIMENTO / DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 Todos os itens do objeto licitado deverão ser fornecidos / serviços contratados deverão ser prestados em local determinado pela Contratante.

CLÁUSULA IV – DO PREÇO

4.1 O valor global para a presente contratação é de R\$ (.....), Planilha de Vencedores do Processo em anexo;

CLÁUSULA V – DO PAGAMENTO

5.1 O pagamento do objeto licitado será efetuado em até 30 dias, mediante Nota Fiscal/Fatura;

CLÁUSULA VI – DO REAJUSTE DOS PREÇOS

6.1 O preço proposto não será reajustado durante o período vigente, na forma do § 1º do art. 28, da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995. Poderá ser alterado após esse período mediante índice divulgado, observada a legislação em vigor.

CLÁUSULA VII – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 As despesas com a execução do presente Contrato correrão, à conta da seguinte dotação orçamentária:

FONTE DE RECURSOS: 500 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS / 706 - TRANSFERÊNCIAS ESPECIAIS
ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA / 33.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO
PROGRAMA DE TRABALHO: MANUT. DA SEC.MUN. DE ADMINISTRAÇÃO 04.122.0001.2201.0000 / MANUT. DA SEC. MUN. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE 20.122.0001.2801.0000 / CONST. E EQUIPAMENTOS DE POCOS TUBULARES 20.605.0003.1801.0000 / MANUTENÇÃO DOS POCOS TUBULARES E CHAFARIZES 20.605.0003.2802.0000 / CONSTRUÇÃO DE SISTEMA DE IRRIGAÇÃO 20.606.0003.1809.0000

CLÁUSULA VIII – DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO



8.1 O fornecimento dos objetos licitados / A prestação dos serviços contratados serão acompanhados e fiscalizados por um representante do CONTRATANTE especialmente designado, observado o que se segue:

- a) o representante do CONTRATANTE anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, inclusive a observância do prazo de vigência do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- b) as decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas os seus superiores em tempo hábil para adoção das medidas convenientes;
- c) a existência da fiscalização do CONTRATANTE de nenhum modo diminui ou altera a responsabilidade da CONTRATADA durante a execução do contrato;
- d) O CONTRATANTE poderá exigir o afastamento de qualquer funcionário ou preposto da CONTRATADA que venha causar embaraço a fiscalização ou que adote procedimentos incompatíveis com o exercício das funções que lhe forem atribuídas.

CLÁUSULA XIX – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 Pela inexecução total ou parcial do objeto do presente Contrato, a CONTRATANTE poderá garantir a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- I – Advertência;
- II – Multa de 1% (um por cento) ao dia, aplicável até o quinto dia, calculado sobre o valor faturado no mês anterior, no caso de inexecução parcial, comunicada oficialmente;
- III – Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor global deste Contrato a partir do 6º dia, no caso de inexecução parcial ou total dos serviços, o que ensejará a rescisão deste Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021;
- IV – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- V – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior; facultada a defesa do interessado no respectivo processo no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

9.2 A contratada convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciada no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

9.3 As multas aplicadas à CONTRATADA deverão ser recolhidas no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da comunicação, ou poderão ser descontadas pela CONTRATANTE dos valores das Notas Fiscais/Faturas.

9.4 Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração do CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades previstas nesta cláusula.

9.5 As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa.

9.6 Da sanção aplicada caberá recurso, dirigido à autoridade superior, por intermédio daquela que aplicou a sanção, no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, nos termos do inciso I, do Art. 165 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA X – DA RESCISÃO



10.1 A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

10.2 constituem motivos para rescisão do Contrato:

- a) o não cumprimento de cláusulas contratuais, do Termo de Referência, especificações ou prazos;
- b) o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, do Termo de Referência, especificações e prazos;
- c) a lentidão no cumprimento das cláusulas contratuais, levando a CONTRATANTE, a presumir a impossibilidade da realização do objeto licitado, nos prazos estipulados;
- d) o atraso injustificado no início da prestação do serviço licitado / fornecimento do objeto licitado;
- e) a paralisação do objeto licitado, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;
- f) a subcontratação total ou parcial do objeto do Contrato, associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação que afetem a boa execução deste, sem prévio conhecimento e autorização da CONTRATANTE;
- g) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução assim como as de seus superiores;
- h) o cometimento reiterado de faltas registradas pela CONTRATANTE durante a vigência do Contrato;
- i) a decretação de falência;
- j) a dissolução da firma contratada;
- k) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do Contrato;
- l) razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificados e determinados pela máxima autoridade da CONTRATANTE, e exaradas no processo administrativo a que se refere este Contrato;
- m) a supressão do serviço, por parte da CONTRATANTE, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei nº 14.133/2021;
- n) a suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- o) o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE decorrentes de serviço, ou parcela deste, já executados e aceitos, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- p) a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.

Parágrafo único. A rescisão do Contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrita da CONTRATANTE, nos casos enumerados nas alíneas “a” a “l” e “p” desta cláusula.

CLÁUSULA XI – DA VIGÊNCIA

11.1 O prazo de vigência do Contrato será de 12 meses, contados da data de sua assinatura.

CLÁUSULA XII – DAS ALTERAÇÕES

12.1 Este Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no Art. 124 da Lei nº 14.133/2021, sempre por intermédio de Termo Aditivo.

CLÁUSULA XIII – DO FORO



PREFEITURA DE
DOM EXPEDITO LOPES
RESPEITO, HUMANIZAÇÃO E INOVAÇÃO

CNPJ: 06.553.705/000-12 | Rua São João, 55 - Centro - Dom Expedito Lopes - PI | CEP: 64620-000



13.1 O Foro competente para dirimir quaisquer questões oriunda do presente instrumento contratual é o da cidade de Picos-PI.

E por estarem as Partes Contratantes assim justas e acordadas, lavrou-se o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor, forma e validade que, lido e achado conforme, é assinado pelas mesmas e pelas testemunhas a tudo presentes.

Dom Expedito Lopes-PI, (data da assinatura do contrato).

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM EXPEDITO LOPES-PI

Abimael José do Nascimento Lima
CONTRATANTE

NOME DA CONTRATADA

CNPJ:

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

CPF:

CPF:



PREFEITURA DE
DOM EXPEDITO LOPES
RESPEITO, HUMANIZAÇÃO E INOVAÇÃO

CNPJ: 06.553.705/000-12 | Rua São João, 55 - Centro - Dom Expedito Lopes - PI | CEP: 64620-000



ANEXO III
DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2025

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, sediada na _____, por intermédio do seu representante legal abaixo assinado, para fins de participação no PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2025, para **“Contratação de empresa especializada no fornecimento de peças e serviços para manutenção de poços tubulares para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Dom Expedito Lopes, estado do Piauí”**, em cumprimento do previsto no inciso I do artigo 63 da Lei nº 14.133/2021, **DECLARA**, sob as penalidades da lei, expressamente que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos para participação no Pregão supracitado.

(Cidade - Estado), (data da assinatura).

Nome da Empresa Licitante
Nome do Representante Legal da Licitante
RG | CPF



PREFEITURA DE
DOM EXPEDITO LOPES
RESPEITO, HUMANIZAÇÃO E INOVAÇÃO

CNPJ: 06.553.705/000-12 | Rua São João, 55 - Centro - Dom Expedito Lopes - PI | CEP: 64620-000



ANEXO IV
MINUTA DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2025

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, sediada na _____, por intermédio do seu representante legal abaixo assinado, para fins de participação no PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2025, para **“Contratação de empresa especializada no fornecimento de peças e serviços para manutenção de poços tubulares para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Dom Expedito Lopes, estado do Piauí”**, **DECLARA**, sob as penas da lei que, até a presente data inexistem fato(s) impeditivo(s) para a sua habilitação, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(Cidade - Estado), (data da assinatura).

Nome da Empresa Licitante
Nome do Representante Legal da Licitante
RG | CPF



PREFEITURA DE
DOM EXPEDITO LOPES
RESPEITO, HUMANIZAÇÃO E INOVAÇÃO

CNPJ: 06.553.705/000-12 | Rua São João, 55 - Centro - Dom Expedito Lopes - PI | CEP: 64620-000



ANEXO V
MINUTA DA DECLARAÇÃO SOBRE EMPREGO DE MENORES

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2025

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, sediada na _____, por intermédio do seu representante legal abaixo assinado, para fins de participação no PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2025, para **“Contratação de empresa especializada no fornecimento de peças e serviços para manutenção de poços tubulares para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Dom Expedito Lopes, estado do Piauí”**, DECLARA, para fins do disposto no inciso VI do Art. 68 da Lei nº 14.133/2021, acrescido pela Lei nº 9.854/1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz:

SIM (___) NÃO (___).

(Cidade - Estado), (data da assinatura).

Nome da Empresa Licitante
Nome do Representante Legal da Licitante
RG | CPF